

há artigo no verso

Congresso funcionará durante a Constituinte

BRASÍLIA — Os plenários e comissões técnicas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional funcionarão normalmente durante o período de reunião da Assembleia Nacional Constituinte. Mas esta última terá prioridade sobre as reuniões das duas Casas do Congresso em quaisquer ocasiões.

Foi o que ficou decidido em uma reunião de duas horas — primeiro separadamente e depois em conjunto — das duas Mesas e das duas Lideranças da Câmara e do Senado, na qual foi definitivamente inviabilizada a formação de uma comissão especial para tratar da legislação ordinária durante a elaboração da nova Carta.

O Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, tentou argumentar em favor da sua proposta de comissão especial mas ela foi derrubada pelos Senadores, prevalecendo a ideia do funcionamento das duas Casas, e também do Congresso, junto com a Constituinte.

O que levou os Senadores a rejeitarem a proposta de Ulysses foi a luta por cargos e a garantia de tratamento especial aos Estados, sobretudo no tocante à aprovação de empréstimos. Eles alegaram que uma comissão de 21 membros, como desejava Ulysses e chegou a ser aprovado na tarde de segunda-feira, não representaria todos os 23 Estados e mais o Distrito Federal.

O Líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, disse que um dos motivos que o levaram a rever sua posi-



Ulysses, Alfredo Campos, Jamil Haddad (de perfil), Fragelli, Nelson Carneiro, Chiarelli e Humberto Souto

ção em favor da comissão especial foi o argumento do Senador Hélio Gueiros, eleito Governador do Pará, de que o funcionamento pleno da Câmara Alta é a garantia única que os Estados pequenos têm de serem bem tratados. Campos admitiu, também, que uma das principais causas da recusa se prendia aos cargos das comissões permanentes (que seriam substituídas pela grande comissão

proposta por Ulysses). Ele acrescentou que muitos Senadores já estão disputando esses cargos.

— Como acabar com as comissões técnicas se para cada uma delas já há mais de um candidato, em algumas até três? — questionou.

Os Senadores que participaram da reunião das Mesas com as Lideranças alegaram igualmente que o Senado tem atribuições específicas, como

a aprovação da indicação de embaixadores feita pelo Presidente da República e a legislação referente ao Distrito Federal. Eles lembraram, destacadamente, que depende da aprovação da Câmara Alta a concessão de empréstimos externos e internos a Estados e municípios.

A reação na Câmara quanto à mudança de posição do Senado foi de irritação. Mais de 309 Deputados pro-

curaram o Líder do PMDB, Pimenta da Veiga, para reclamarem do rompimento do acordo de segunda-feira. Ulysses Guimarães disse que a Constituinte poderá rever a decisão, estabelecendo uma nova fórmula de funcionamento do Congresso durante a elaboração da Carta. Ele admitiu que o Senado fez uma combinação e voltou atrás, mas ressaltou que "isso é um direito dele". Pimenta da Veiga chegou a confundir a Deputados que o procuraram que o Senado será o único culpado se a Constituinte não funcionar a contento.

Pelo projeto acertado ontem, que agora depende de votação até depois de amanhã para ser lei, "as sessões plenárias da Assembleia Nacional Constituinte terão prioridade sobre as sessões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional". Serão atribuições do Presidente da Constituinte "determinar o uso de dependências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para o funcionamento pleno da Constituinte, de suas comissões e subcomissões, bem assim de seus serviços administrativos e técnicos; requisitar servidores de ambas as Casas, sem prejuízo de vencimentos, vantagens e direitos inerentes ao exercício do cargo ou função; determinar a publicação de debates, em documento próprio, bem assim de proposições, atos, expedientes e tudo mais relacionado com a Constituinte; e autorizar a realização de despesas, que serão atendidas, em proporção legal, pelos orçamentos de cada uma das Casas".

Presidência do Senado: Lucena e Nelson agem

BRASÍLIA — Cartas e telegramas com pedido de voto recomeçaram a ser despachadas em pelo menos dois gabinetes do Senado Federal: os dos Senadores do PMDB Nelson Carneiro (RJ) e Humberto Lucena (PB), que, ainda nem terminada a apuração das eleições de 15 de novembro, estão empenhados em nova campanha, desta vez pela sucessão do Senador José Fragelli na Presidência.

Os dois são candidatos declarados. Nelson Carneiro já comunicou ao Presidente José Sarney sua disposição. Humberto Lucena pretende fazê-lo ainda esta semana. Ao que tudo indica, entretanto, poderão contar com mais dois concorrentes do PMDB, Luís Viana Filho (BA) e Severo Gomes (SP), que aguardam o desenrolar dos acontecimentos e a presença dos novos Senadores antes de se decidirem se concorrem.

Nelson Carneiro, 76 anos, eleito para o terceiro mandato consecutivo depois de ter sido várias vezes Deputado federal (35 anos de Parlamento), deseja coroar sua carreira política com a Presidência do Senado, já que perdeu para Moreira Franco a indicação para disputar o Governo do Rio de Janeiro. Aparentemente está em situação de vantagem em relação a Humberto Lucena. O Líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos (MG), vem trabalhando para levá-lo ao lugar de José Fragelli (MS), que conquistou a Presidência.

Humberto Lucena, 58 anos, dois mandatos de Deputado federal e o primeiro de Senador, disputou com Fragelli a preferência da bancada peemedebista para a Presidência em 85 e perdeu. Acha agora, segundo alguns parlamentares, que tem precedência em relação a Nelson para ser indicado ao cargo.

Por enquanto, a tática dos dois é enviar cartas e telegramas a todos os colegas eleitos e conversar com os Senadores presentes às últimas sessões deste ano. Eles não precisam do apoio de José Fragelli, que não concorreu à reeleição para o Senado.

Luís Viana, 78 anos, talvez por somente ter ingressado no PMDB em 85 e ter ocupado postos de destaque nos Governos militares, está cauteloso, não tem enviado cartas a ninguém e falará com o Presidente Sarney "apenas se a oportunidade surgir". Severo Gomes, 62 anos, aceita e admite sua candidatura "só em princípio".

Ulysses: o lançamento como uma compensação

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães teve ontem o seu nome lançado para a Presidência da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, num movimento articulado por senadores do PMDB como forma de compensação por haverem derrotado sua proposta de criação de uma comissão que seria encarregada da legislação ordinária enquanto durassem os trabalhos constituintes.

A ideia, lançada pelo Senador Hélio Gueiros, eleito Governador do Pará, prevê a acumulação das duas Presidências, enquanto a Vice-Presidência da Constituinte ficaria com o Presidente do Senado. Segundo o Líder do PMDB, Senador Alfredo Campos, a proposta vem encontrando grande receptividade.

Essa foi a saída encontrada por senadores para compatibilizar o funcionamento simultâneo da Constituinte, do Senado e da Câmara, evitando choque das iniciativas administrativas (gabinetes, salas de reunião e requisição de funcionários) dos Presidentes das três Casas. Mas é principalmente uma fórmula compensatória diante da reviravolta nos entendimentos entre líderes da Câmara e do Senado.

Dois atrativos especiais estão esquentando a disputa pela Presidência da Câmara, à qual já se apresen-

taram, oficialmente, os Deputados Fernando Lyra (PMDB-PE) e Milton Reis (PMDB-MG): o cargo dá direito também à Vice-Presidência da República e através do domínio da administração da Casa o seu ocupante poderá ter grande influência sobre os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

O Deputado Fernando Lyra, que já está em campanha há duas semanas, oferece a imagem do político identificado com a luta do PMDB pelas mudanças e que pretende modernizar o funcionamento da Câmara. Para atrair a esquerda, ostenta o passado de membro do grupo "Autêntico" do velho MDB, e para o eleitor de centro o papel desempenhado na articulação do lançamento da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República.

Milton Reis apresenta como sua principal força a bancada mineira, a maior do PMDB. Sua candidatura reforçaria, em âmbito nacional, a posição do Governador eleito de Minas, Newton Cardoso, e também os planos do Governador Hélio Garcia de chegar à Presidência da República. Reis contará com o apoio de Carlos Cotta, que também fazia parte do grupo de colaboradores de Tancredo Neves.

O Deputado Ulysses Guimarães já disse aos políticos de sua intimidade que absolutamente não pretende ser

eleito de forma indireta para a Vice-Presidência da República. Essa posição de Ulysses sepultou, em menos de 15 dias, uma articulação que vinha sendo feita dentro do PMDB sob a liderança do Senador eleito José Richa.

Ulysses deixou claro ao mesmo tempo que pretende continuar na Presidência nacional do PMDB, compatibilizando o cargo com a Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, que pretende disputar. A ideia da cúpula do PMDB é preencher os cargos que ficarão vagos na Executiva Nacional com políticos afinados entre si, a fim de que liberem Ulysses do trabalho do dia-a-dia do partido.

Nesse quadro, o Senador Afonso Camargo, 3º Vice-Presidente, quer ser eleito 1º Vice e comandar na retaguarda, seguindo a orientação política de Ulysses.

O Presidente Ulysses nunca demonstrou entusiasmo pela ideia de ser Vice-Presidente eleito indiretamente. Ele quer ficar na Presidência do PMDB, que é o lugar que lhe dá prazer — disse um político muito próximo ao Deputado Ulysses Guimarães.

Segundo esse político, o lançamento de Ulysses para a Vice-Presidência da República foi feito à sua revelia e contra a sua vontade.

Lourenço e Nonô já trabalham para liderar bancada do PFL na Câmara

BRASÍLIA — Pela primeira vez, em dois anos de existência, o PFL se encaminha para a disputa aberta pela liderança da bancada da Câmara. O atual líder, Deputado José Lourenço (BA), já colheu cerca de 50 assinaturas de apoio à sua recondução ao cargo, mas o Deputado José Thomaz Nonô (AL) anunciou ontem ao Presidente José Sarney que está na disputa. E até aproveitou a presença de vários parlamentares em Brasília, durante o "esforço concentrado", para tentar a conquista de alguns votos para sua "candidatura".

Segundo alguns membros do partido, a disputa só será definida a partir de janeiro, quando estará completamente formada a bancada do PFL na Constituinte. Um fator, imaginam, será decisivo: a bancada certamente apoiará Lourenço se desejar preservar a linha atual do partido, mas poderá eleger Nonô se optar por

uma atuação mais independente de sua participação na Aliança Democrática.

— Precisamos fazer do PFL um instrumento de materialização da vontade da bancada, pois até agora o que aconteceu foi a viabilização da vontade do Governo — afirmou Nonô, que defende "conduta menos dócil do partido em relação às iniciativas do Palácio do Planalto e mais coerência com as inquietações sociais, especialmente após o lançamento do Plano Cruzado II".

Nonô insiste que o PFL precisa com urgência deixar de ser o "partido do amém". Sallenta que a bancada deve se reunir, em janeiro, sem o envolvimento de seus dirigentes, para fazer um balanço de sua participação nas eleições de novembro, avaliar seus erros e estabelecer sua identidade ideológica.